# A Vida Empresarial de José Pinto do Carmo e de Luiz Vieira

CARLOS NEGREIROS VIANA*

Este artigo objetiva reconstituir a vida empresarial de José Pinto do Carmo e de Luiz Vieira, bem como a história dos principais empreendimentos realizados por eles. No caso do primeiro empresário, a história da "Fábrica Baturité", e, no caso do segundo empreendedor, a história da "Fábrica São Luís", do "Banco União" e da "Fábrica Santa Maria".

## 1. José Pinto do Carmo

Fonte: Album de Fortaleza de 1931

* Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e Professor dos Cursos de Economia e Finanças da Universidade Federal do Ceará (UFC)- Campus de Sobral.

José Pinto do Carmo, nascido no Icó, em 16 de setembro de 1866, era filho de Benjamin Pinto do Carmo e de Josefa Pinto do Carmo. (Leite, 1995).

Era irmão de Júlio Pinto do Carmo (01/01/1878 a 04/12/1916), um dos pioneiros da exibição de cinema no Ceará e que foi, juntamente com o Dr. Meton de Alencar, seu cunhado, proprietário da "Plástica Cearense", primeira firma, constituída no Estado, com o objetivo de fabricar mosaicos. (Ibidem).

Em 1879, José Pinto do Carmo se transfere do Icó para Fortaleza, onde passa a trabalhar no estabelecimento comercial pertencente à firma "Joaquim da Cunha Freire & Irmão". (Álbum de Fortaleza de 1931; O Povo, de 21/11/1949).

Em anúncio no jornal "O Libertador", de 02/06/1884, José Pinto do Carmo torna público que no "Armário N° 10, estabelecimento de sua propriedade, vende tranço para *crochet* de custo de 100 réis, por apenas 20 réis.

Em 26/11/1884, no mesmo periódico, José Pinto do Carmo anuncia que vende ou aluga o "Armário N° 10", com o pouco estoque de mercadorias nele existente.

"O Libertador", de 31/08/1886, traz notícia sobre o incêndio no prédio, n° 112, da Rua do Major Facundo esquina com a das Trincheiras, pertencente a Joaquim da Cunha Freire (Barão da Ibiapaba), no qual José Pinto do Carmo, possuía uma mercearia. Ali é descrito que o prédio ficou todo destruído, que aquele estabelecimento comercial não possuía seguro e que o seu proprietário estava dormindo no momento em que irrompeu o sinistro.

Em nota publicada no jornal "O Libertador", de 20/11/1886, Francisco Pereira de Paula torna público que, a partir de 06/11/1886, o estabelecimento comercial situado na Travessa das Trincheiras n° 18, passa a lhe pertencer e que admite José Pinto do Carmo, como gerente do mesmo.

Em 1887, José Pinto do Carmo fixou residência em Baturité. Ali permanecerá residindo até 1925, quando voltará a morar em Fortaleza. (Álbum de Fortaleza, de 1931).

No jornal "Oitenta e Nove", de 04/02/1891, publicado em Baturité, José Pinto do Carmo anuncia que possui um estoque de mais de 300 cargas de rapadura, que vende a preços módicos, que vende vinho de caju, da "Fábrica Porto", de Mecejana, a 9:000 R$ e que dispõe de grande estoque de

mercadorias," que resolveu vender, para a safra, a fregueses de boa firma, pelo preço de dinheiro, ou a pessoa garantida por fazendeiros da serra".

Em 17/12/1891, em dois anúncios publicados no jornal "o Século" (de Baturité), José Pinto do Carmo torna público que vende, em seu estabelecimento comercial, lã para vestido a 360 R$ o covado, cassa da Índia a 750 R$ (apesar de custar 900 R$) o metro, bem como chitas, madapolão e algodãozinho.

No "Oitenta e Nove", de 06/08/1893, José Pinto do Carmo anuncia que vende fazendas e que compra garrafa vazia (a 100R$) no seu estabelecimento situado na R. do Comércio, n° 28.

Ainda no "Oitenta e Nove", de 28/10/1894, está disponível anúncio no qual uma padaria pertencente a José Pinto do Carmo, situada na P. S. Luzia, vende bolacha, a 1:400 R$ o cento, e biscoito, a 1:600 R$ o cento.

Em 1895 a "Câmara Municipal de Baturité" concedeu a José Pinto do Carmo privilégio para que esse empresário instalasse uma empresa telefônica, que ligasse aquela cidade à localidade de Putiú, onde se situava a estação ferroviária, e ao município de Guaramiranga. (A República, de 12/06/1895). Esse empreendimento não se concretizaria.

José Pinto do Carmo anuncia, no "Almanak Municipal de Baturité para 1896", que no seu estabelecimento comercial, situado na R. do Comércio n° 28, pode ser encontrado grande sortimento de fazendas, miudezas, ferragens, estivas e molhados, bem como um depósito de café.

Em propaganda no jornal "O Município", de 10/06/1900, José Pinto do Carmo anuncia que vende cal, ao preço de 3 $ 000 a saca, e caroço de algodão, ao preço de 140 réis o quilograma.

Nesse mesmo periódico, em 14/06/1902, ele anuncia que possui grande sortimento de fazendas nacionais e estrangeiras e que, no seu estabelecimento, podem ser encontradas as seguintes mercadorias, com os respectivos preços: lata de chocolate (1000); libra de manteiga (2200); lata de salmão (2500); garrafa de gás (querosene) (200); açúcar superior (500 o kg); sabão (6000 o kg); caixa de traques para o S. João (300); garrafa de "Vinho Collares" (1200); garrafa de "Vinho Verde" (1200); Macarrão (25000 o kg); alitria (2500); café velho (700 o kg); goma de araruta (1200 o kg) e saco para café, de três listas (1000).

Em11/02/1904, falece, em Baturité, em consequência de um parto, Adélia Cabral Pinto, esposa de José Pinto do Carmo. (A Gazetinha, de 13/02/1904).

Pelo "Jornal do Ceará", de 06/07/1905, constata-se que José Pinto do Carmo milita no "Partido Republicano Revisionista".

José Pinto do Carmo é proprietário de uma fábrica denominada de "Limicontinos", segundo o "Almanak Laemmert", de 1908. Ali não é especificado em que ramo industrial atua esse estabelecimento.

Nesse mesmo almanaque, em edição de 1909, encontra-se o nome de José Pinto do Carmo no rol dos comerciantes de fazendas, estivas e molhados; no dos proprietários de armazéns de compras e vendas; bem como no dos agricultores e lavradores em Baturité.

Em 1910, José Pinto do Carmo contrai segundas núpcias com Clarice de Vasconcellos. (O Povo, de 21/11/1949).

No "Almanak Laemmert", de 1914, consta o nome de José Pinto do Carmo na relação dos proprietários de alambiques em Baturité.

Ainda em 1914, a casa comercial e a residência de José Pinto do Carmo, e de outros comerciantes de Baturité, são saqueadas, por cangaceiros, no contexto da "Sedição de Joazeiro". (Pacotilha, 10/03/1914).[1]

É José Pinto do Carmo proprietário de uma fábrica de gelo e de uma fábrica de sabão, ambas localizadas em Baturité, conforme o "Almanak Laemmert", de 1915.

Em 1915, ainda, é instalada a "União Caixeiral Baturiteense", com o objetivo de dar "instrução à mocidade que atua no comércio". A sua diretoria é composta por: Cel. Alfredo Dutra de Souza (presidente honorário); Cel. Pedro Mendes Machado (presidente efetivo), Francisco Chagas Souza (vice-presidente), José Maciel (1°secretário); Raul Sampaio (2° secretário); Paulo Hortencio (tesoureiro); Erico Motta, José Araujo Torres, João Paulino Netto, Juvencio Monte, Antonio Martins e Oziel Pinto (diretores). Do seu conselho de honra fazem parte: Dr. João Ramos Filho, Dr. Pedro Catão, Cel. José Pinto do Carmo, Cel. Hortêncio de Medeiros e Cel. Jeremias Arruda. (O Malho, de 21/08/1915).

Consta no "Almanak Laemmert", de 1916, que José Pinto do Carmo atua, em Baturité, na produção de aguardente e açúcar, gelo, sabão e chocolate, bem como no comércio de artigos de armarinho e fazendas. Ali também é registrado o nome desse empresário entre os agricultores e lavradores daquele município.

[1] 1) Segundo nota, publicada em 17/09/1946, no jornal "A Manhã", do Rio de Janeiro, o "Supremo Tribunal Federal" (SFT) condenou a União a indenizar José Pinto do Carmo pelos danos causados, a ele, por esses saques. A indenização, solicitada na referida ação, deveria ser de cento e vinte mil cruzeiros.

Em 30/03/1917, é inaugurado o serviço de fornecimento de água, em Baturité, pela firma "Catão & Pinto", de propriedade de Pedro Catão e José Pinto do Carmo. (Arruda, 1990).

O fornecimento de energia elétrica, naquela cidade, terá início, em 02/06/1918, pela "Empresa Hidrelétrica Monte Mor", de propriedade de Horácio Dutra. Esse serviço se mostrou pioneiro, já, que, pela primeira vez, utilizava-se força hidráulica, no Ceará, para se gerar energia elétrica. (Leite, 1996).

Essa forma de geração de energia elétrica tomou, como base, o aproveitamento de barragem no Rio Aracoiaba, com queda bruta de 110m, para alimentar uma turbina de 100 kVA, com potência de 80 kW, que permitia distribuir energia na tensão de 220 V. (Ibidem).

Em 1921, a "Empresa Hidrelétrica Monte Mor" é vendida a José Pinto do Carmo. (Ibidem).

Em 05/10/1936, o prefeito Ananias Arruda assina a reversão antecipada dos contratos dessas duas firmas, que deveriam ter, respectivamente, vigência até junho de 1942 e até maio de 1943, portanto de 25 anos de concessão para cada uma. (A Verdade, de 05/10/1936).

Em nota no "Brasil Ilustrado", de 1919, é encontrada a notícia de que José Pinto do Carmo instalou, em Baturité, "um confortável cinema". Ali também é informado que, no "Sítio Tijuca", de propriedade desse empresário, localizam-se fábricas de produtos de cana-de-açúcar e mandioca, movidas a energia elétrica.

Em 21/01/1921, José Pinto do Carmo cede uma sociedade a Oziel Pinto, seu filho, e é constituída a firma "José Pinto do Carmo & Filho". Essa sociedade mercantil, em nome coletivo e responsabilidade solidária, terá sede em Baturité e um capital social de 100 contos de réis, assim dividido: José Pinto do Carmo – 89 contos de réis; e Oziel Pinto – 11 contos. O seu objeto será a compra e venda de fazendas, miudezas e quaisquer mercadorias ou gêneros de importação ou exportação. (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC).

Segundo o "Almanak Laemmert", de 1924, José Pinto do Carmo era proprietário, naquele ano, de uma fábrica de cal, de uma de chocolate, de uma de vinagre, bem como de uma de açúcar e rapaduras e uma de refinação de açúcar, todas situadas em Baturité.

Pelo "Álbum Terra Cearense", publicado em 1925, porém registrando informações relativas ao ano de 1924, a firma "José Pinto do Carmo & Filho" desenvolvia as atividades empresariais constantes na propaganda abaixo reproduzida:

Fonte: Álbum Terra Cearense de 1925

Em 18/12/1924, é constituída a firma "José Pinto & Cia." cujo capital social será de 100 contos de réis, assim dividido entre os sócios (ambos solidários): José Pinto do Carmo – 90 contos de réis; e Orlando Costa Lima – 10 contos de réis. Sua sede será em Baturité e seu objeto será a exploração do comércio de fazendas, miudezas e gêneros de exportação e importação. (Prontuários Históricos da JUCEC).

Em 12/01/1925, a firma "José Pinto do Carmo & Filho" altera o seu contrato, com isso é estabelecido que sua sede se situará em Fortaleza (R. São Paulo, n°95), que seu objeto será a exploração do comércio de importação e exportação, bem como de uma seção de empréstimos sob penhores. O seu capital social passa, de 100 contos de réis, para 200 contos de réis, assim distribuído: José Pinto do Carmo – 150 contos de réis; e Oziel Pinto – 50 contos de réis (Idem).

Consta, no "Almanak Laemmert", de 1926, que José Pinto do Carmo é proprietário de uma fábrica de licores e vinhos em Baturité.

Em 1926, a firma "José Pinto do Carmo & Filho" constitue com Antônio Teixeira de Queiroz e José Braun Filho, a firma "Pinto & Cia.

Ltda.", que será proprietária do estabelecimento comercial denominado de "Casa Mundlos". (Pacotilha, de 22/09/1926).

A "Pinto & Cia. Ltda." terá, como objeto, a venda de automóveis "Ford", da "Ford Motor Co.", bem como das máquinas de costura "Mundlos", de fabricação alemã, e das tintas "Shalimar", de igual procedência. (Ibidem).

No jornal "A Ordem", publicado em Sobral, em 24/12/1926, consta uma propaganda da "Agência Mundlos", situada na R. Senador Paula, n° 23, na qual é anunciado que ali são vendidas as máquinas, para costurar e bordar, da marca "Mundlos", a dinheiro ou à prestação. Nesse anúncio, também é informado que essas máquinas trazem, gratuitamente, um aparelho de carretel, chapa e bastidor, "além de todos os utensílios para os devidos fins".[2]

Em 1927, com a transferência das quotas pertencentes a Antônio Teixeira Queiroz para Érico de Paiva Motta, com a morte de José Braun Filho e com a retirada da "José Pinto do Carmo & Filho" da sociedade da "Pinto & Cia. Ltda", essa firma passará a ser propriedade apenas dos irmãos Paiva Motta, Érico e Raymundo Augusto. (A Ordem, de 04/06/1927 e de 15/06/1927).

A firma "José Pinto do Carmo & Filho" anuncia, no jornal "o Ceará", de 07/10/1928, que é a distribuidora, para o Estado do Ceará, dos pneumáticos e das câmaras de ar da marca "Dunlop" que são vendidos na "Casa Mundlos", pertencente à firma "Pinto & Cia. Ltda".

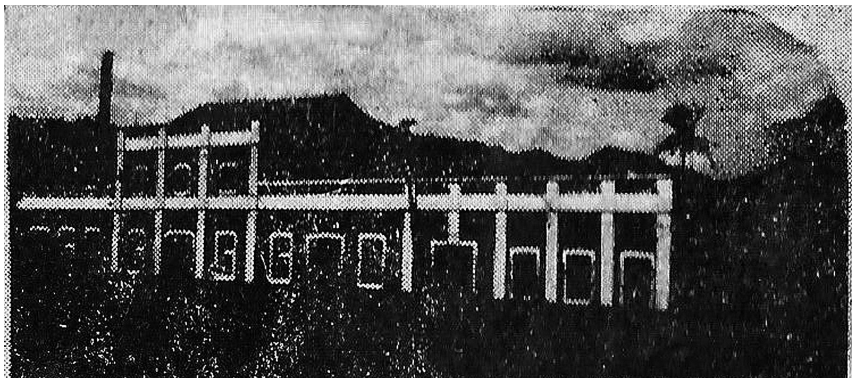
No ano de 1928, a firma "José Pinto & Cia.", com sede em Baturité, é extinta no dia 13 de janeiro; é inaugurada em Fortaleza, a "Fábrica de Fiação e Tecidos Baturité, pertencente à firma "José Pinto do Carmo & Filho, em 16 de setembro; e, no dia 13 de dezembro, a última das citadas firmas é transformada, de uma sociedade em nome coletivo, em uma sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada, sob a denominação de "José Pinto do Carmo & Filho Limitada". (Prontuários Históricos da JUCEC).

[2] Não conseguimos esclarecer se, na referida data, a "Agência Mundlos", situada em Sobral era propriedade da firma "Pinto & Cia Ltda.". Sabemos, no entanto que, segundo propaganda em 06/10/1927, no jornal "A Ordem", daquela cidade, o comerciante Fenelon Saboya anunciava ser o depositário exclusivo ali das máquinas "Mundlos". Em propagandas, no mesmo periódico, que datam de 07/01/1928 e 25/10/1928, o supracitado comerciante anuncia ser "sub-agente das máquinas Mundlos", o que nos possibilita deduzir que a "Pinto & Cia Ltda." era a distribuidora desse produto para todo Ceará.

O capital social dessa nova firma será elevado de 200 contos de réis para 400 contos de réis, assim dividido entre os sócios: José Pinto do Carmo – 350 contos de réis;e Oziel Pinto – 50 contos. (Ibidem).

Pelo jornal "Diário da Manhã, de 11/12/1929, constata-se que José Pinto do Carmo milita no "Partido Democrata".

Em 1937, segundo a "Revista da Fazenda", de agosto daquele ano, José Pinto do Carmo é proprietário de uma fábrica de descaroçamento de algodão em Baturité.



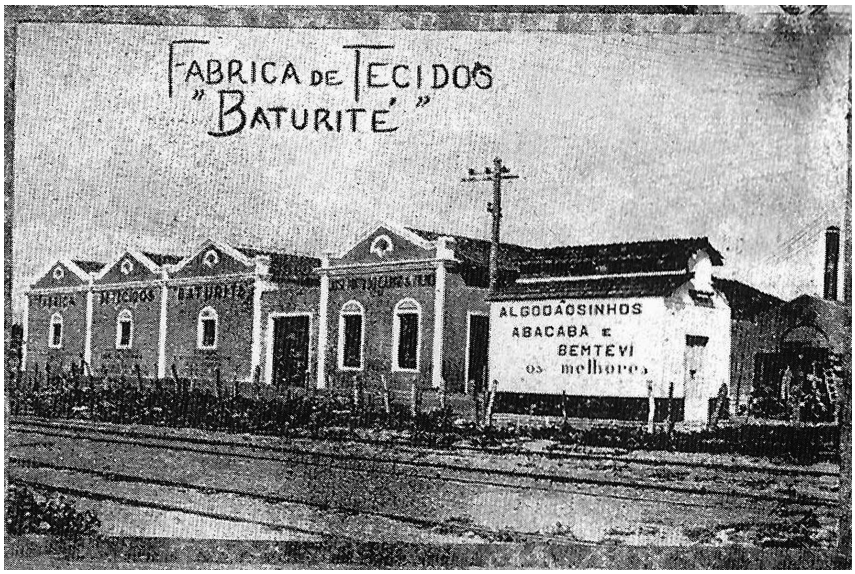
Usina Putiú (Baturité) Fonte: Anuário do Ceará 1952

Em 12/04/1945, a firma "José Pinto do Carmo & Filho Ltda.", proprietária da "Fábrica Baturité", tem seu capital social elevado para dois milhões de cruzeiros e é transformada, de uma sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada, em uma sociedade anônima, com a denominação de "Companhia Têxtil José Pinto do Carmo". (Prontuários Históricos da JUCEC).

O Cel. José Pinto do Carmo falece, em Fortaleza, em 20/11/1949.

Em 27/01/1957, são inauguradas, em Baturité, as instalações do "Hospital dos Pobres José Pinto do Carmo" e da "Casa de Saúde e Repouso Adélia Cabral Pinto", construída com recursos financeiros da família dos homenageados e, por ela, doadas a uma ordem religiosa (Irmãs de Caridade). (A Verdade, de 29/01/1957).

### 1.2. A Fábrica de Fiação e Tecidos Baturité




Fonte: Album de Fortaleza de 1931

A "Fábrica de Fiação e Tecidos Baturité" foi inaugurada em 16/09/1928 e se localizava na Av. Demosthenes Rockert (Atual Av. Francisco Sá), em prédio próprio, que ocupava uma área de 1.165 m². (Album de Fortaleza de 1931).

Na data de sua inauguração, dispunha de 30 teares e 720 fusos, fabricados pela firma "Platt Brothers & Co. Ltd.", localizada em Oldhan na Inglaterra. (Ibidem).

De início, limitava-se "ao fabrico de tipos de domésticos finos, marcas aliás que lograram, dentro de pouco tempo, a melhor aceitação do comércio desta capital e de outras praças do Norte do País", mas que foram, depois sendo substituídas por marcas de tipos mais grossos. (Ibidem).

Em 13/12/1928, a firma "José Pinto do Carmo & Filho", proprietária da "Fábrica Baturité", é transformada em uma sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada, com a denominação de "José Pinto do Carmo & Filho Limitada". (Cadastro das Casa Comerciaes do Estado do Ceará – Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC).

Em propaganda no jornal "A Razão", de 12/03/1929, a "Fábrica Baturité" anuncia ser especialista na fabricação de algodõezinhos, o que pode ser comprovado nas suas marcas: Nancy, Lucymar, Bemtevi e Abacaba.

Por volta de 1930, com a montagem de uma seção de tinturaria, a "Fábrica Baturité" passa a produzir, quase exclusivamente, tecidos tintos. Data, dessa época, a fabricação das mesclas "Sempre Viva", "Pirambu" e "Brasil Novo" (Ibidem e Almanaque do Ceará de 1930).

Em 1931, passa a dispor de 50 teares e de 1.200 fusos (fabricados pela "Platt Brothers & Co. Ltd."), movidos a energia elétrica, gerada por 15 motores, que, além de tecidos tintos produzem, em pequena escala, "os afamados tipos de domésticos 'X' e 'XX' e tecidos de juta (estopa)". (Album de Fortaleza de 1931).

Segundo o Almanaque do Ceará, de 1935, a "Fábrica Baturité" dispunha, em 1934, de uma capacidade produtiva de 1.080 fusos, 47 teares e 47 operários, com a qual produziu 700.000 kg de tecidos, nos quais foram consumidos 130.000 kg de algodão.

Ainda em 1934, é inaugurada a vila operária, denominada de "Vila José Pinto do Carmo", que contava com 27 casas (Aragão, 2002).

A década de 1940 representará, para a indústria têxtil de algodão cearense, uma fase não somente de alterações jurídicas, no que diz respeito a denominações sociais e a formas de organização em algumas firmas, mas também, e sobretudo, a de maior prosperidade da sua história, até então, a exemplo do que ocorreu com o setor em o todo o país. (Viana, 1988).

Em consequência da 2ª. Guerra Mundial e das medidas governamentais adotadas em relação ao setor no Brasil, durante esse conflito, os empresários têxteis cearenses auferiram lucros, que se situaram em níveis nunca antes atingidos. Como resultado, dessa conjuntura extremamente favorável, ocorreram frequentes e significativas ampliações de capital social em várias firmas, o que não acontecia já há muito tempo em algumas delas. (Ibidem).

Em 20/02/1941, a firma "José Pinto do Carmo & Filho Limitada", proprietária da "Fábrica Baturité", amplia seu capital social, que não se alterava desde sua constituição, em 13/12/1928, de 400 contos de réis para 1.000 contos de réis (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC).

Esse capital social, em 12/04/1945, já convertido em CR$ 1.000.000,00, é aumentado para CR$ 2.000.000,00, quando da transfor-

mação da sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada em sociedade anônima, com a denominação de "Companhia Têxtil José Pinto do Carmo". (Ibidem).

Mais uma vez, ainda, durante a década de 1940, o capital social da supracitada firma, seria alterado, em 28/10/1948, para CR$ 5.000.000,00 (Ibidem).

No contexto dessa grande prosperidade econômica, é inaugurada a "Vila Baturité", com 50 casas destinadas aos operários da fábrica. (Aragão, 2002).

Ao falecer, em 20/11/1949, José Pinto Carmo contava, não somente com a colaboração, na gestão de seus negócios, de Oziel Pinto, seu filho, mas também de Carlos Alberto Abreu Pinto e José Alfredo Abreu Pinto, filhos de Oziel. (O Povo, de 29/11/1949).

José Alfredo

Carlos Alberto

Fonte: Albuquerque (1954)

Em propaganda no "Anuário do Ceará de 1952", a "Fábrica Baturité" anuncia que fabrica as mesclas "Rodoviária", "Pirambu" e "Farol do Mucuripe", nas cores azul, parda e preta, bem como o fio "Baturité", para a fabricação de redes de dormir.

Para enfrentar a conjuntura econômica extremamente desfavorável do final dos anos 1950 e início da década de 1960, a principal estratégia adotada por algumas firmas do setor têxtil cearense foi a de iniciar a exploração de novos ramos industriais (VIANA, 1988).

No caso da "Cia. Têxtil José Pinto do Carmo", essa estratégia se concretizou com a constituição da firma "Indústria Brasileira de Refrigerantes e Águas Minerais (IBRAM), em 1955, com o objetivo de fabricar refrigerantes (o Guaraná IBRAM) e envasar água mineral de uma jazida, localizada no terreno da "Fábrica Baturité", e da firma "Indústria Brasileira de Celulose e Papel" (INBRACEPA), em 1959, que reciclaria papel. (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC).

De acordo com o "Almanaque do Ceará, de 1956", a "Fábrica Baturité", pertencente à "Cia. Têxtil José Pinto do Carmo", fabricou 752.981 m de tecidos e 158.425 kg de fios.

Ainda em 1956, essa companhia, apesar de ter aumentado o seu capital social para CR$ 10.000.000,00, pede uma decretação de moratória. (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC).

Em 29/04/1963, é constituída a "Companhia de Indústrias Reunidas do Nordeste"(CIRENE), que tem por objetivo substituir a "Cia. José Pinto do Carmo", na exploração da "Fábrica de Tecidos Baturité", da "IBRAM" e da "INBRACEPA". (Idem).

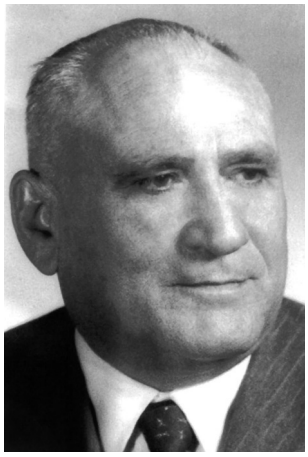
O capital social da "CIRENE", na supracitada data, era de 85 milhões de cruzeiros, dividido em 85 mil ações, das quais 63.739 pertenciam a Oziel Pinto e 21.249 a José Alfredo Abreu Pinto. (Idem).

A "Fábrica Baturité" encerrará suas atividades, definitivamente, em 1964, e a "CIRENE" será oficialmente liquidada em 01/06/1971. (Idem).

Oziel Pinto
Fonte: Aragão (2002)

Oziel Pinto, filho e sucessor de José Pinto do Carmo em seus negócios, que nascera, em Baturité a 15/08/1897, falecerá, em Fortaleza, a 03/11/1975.

## 2 Luiz Vieira



Arquivo: Nilce Vieira Chaves

Luiz Vieira, nascido na cidade de Maranguape, em 05/11/1892, era o 12º filho de Manoel Jorge Vieira e Cândida de Pontes Vieira, dos 14 filhos gerados pelo casal. (Depoimento oral de Nilce Vieira Chaves).

Manoel Jorge Vieira, seu pai, que nasceu em Canindé, em 23/01/1843, foi secretário do bispado do Ceará, cargo que ocupou por nomeação de D. Joaquim José Vieira, e, posteriormente, professor nos atuais municípios de Paracuru e Caucaia, bem como em Maranguape. Faleceu, em 22/12/1915, em Fortaleza. (Depoimento oral de Elzio Mavignir).

João Jorge de Pontes Vieira (14/06/1894 a 20/07/1944), irmão de Luiz Vieira, foi procurador dos feitos da Fazenda do Estado do Ceará e delegado de polícia (em 1930), deputado federal constituinte (com mandato de 1933 a 1935) e desembargador (nomeado em 1941). (Marques, 2006). Hoje denomina avenida em Fortaleza.

Outro irmão de Luiz Vieira, Manoel Jorge Vieira, que era homônimo do pai, era sócio, em 1925, da firma "M.Vieira & Cia.", que tinha, como

objeto, o comércio de fazendas e miudezas e um capital social de 30 contos de réis, assim dividido: "Napoleão Lima & Cia." (sócio comanditário) – 29 contos de réis; Deoclécio Costa (sócio solidário) – um conto de réis; Manoel Jorge Vieira (sócio solidário) – um conto de réis. (Cadastro das Casas Comerciaes do Estado do Ceará – Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC).

É oportuno registrar que Napoleão Leocádio de Lima, proprietário da firma "Napoleão Lima & Cia.", era cunhado de Luiz Vieira, tendo-se casado, em 18/04/1893, com sua irmã Isabel. (Marques, 2006). Nessa firma, ele iniciou sua vida profissional como funcionário. (Depoimento oral de Nilce Vieira Chaves).

Fonte: Álbum Terra Cearense (1925)

Em 19/12/1914, Luiz Vieira se casa com Judith Correia Câmara, com quem teve nove filhos, tendo, dois deles, falecidos ainda criança. (Ibidem).

Por contrato social, datado de 05/05/1923 e arquivado na "Junta Comercial do Estado do Ceará", constata-se que Luiz Vieira é sócio, na-

quela data, da firma "Napoleão Lima & Cia.", com sede em Maranguape e filial em Fortaleza. Por esse contrato, a citada firma tem, como fim, o comércio de mercadorias em geral e de gêneros de exportação e dispõe de um capital social de 100 contos de réis, assim distribuído entre os sócios (todos solidários): Napoleão Leocádio de Lima – 65 contos de réis; Luiz Vieira – 30 contos; Joaquim Jorge Vieira – cinco contos. (Cadastro das Casas Comerciaes do Estado do Ceará – JUCEC).

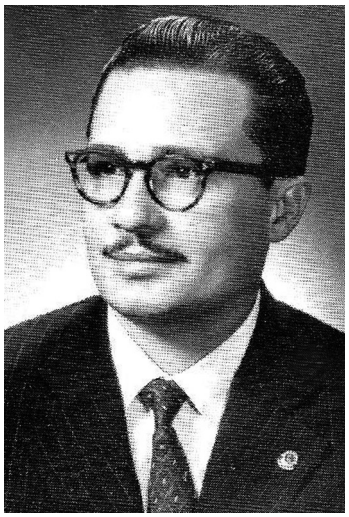
Na segunda metade da década de 1920, Luiz Vieira, em sociedade com João Ribeiro do Rego Barros, (01/06/1896 a 18/08/1986), constitui a firma "Fiação São Luis Ltda.", que terá como fim, a produção de fios na "Fábrica São Luís". (Viana, 1988).

Por volta de 1930, Antônio Diogo de Siqueira se torna sócio de Luiz Vieira e de João Ribeiro do Rego Barros na firma proprietária da "Fábrica S. Luís". (Idem).

Em 01/06/1930, é constituída a "Empreza de Fios e Redes Ltda.", resultante de uma sociedade estabelecida, naquela data, entre as firmas "A.D. Siqueira & Filhos.", "Siqueira & Gurgel Ltda.", "Manoel J. Lima" e "Fiação São Luís Ltda." Sendo sócio dessa última firma, Luiz Vieira se torna também sócio da "Empreza de Fios e Redes Ltda.". (Prontuários Históricos da JUCEC).

Luiz Vieira, em 22/05/1936, constitui, em sociedade com João Ribeiro do Rego Barros e José Theophilo Gurgel (26/02/1905 a 09/02/1985), a firma denominada de "Empreza de Terrenos Ltda." O seu objeto será a compra e vendas de terrenos e construções em geral e dispunha, naquela data, de um capital social de 60 contos de réis, dividido em três quotas de 20 contos de réis. (Idem).

Em 23/06/1965, a "Empreza de Terrenos Ltda." possui um capital social de CR$ 45 milhões, assim dividido: Luiz Vieira, João Ribeiro do Rego Barros e José Theophilo Gurgel, todos com uma parcela de CR$ 13.500 milhões, e Mário Câmara Vieira, filho de Luiz Vieira e admitido como sócio daquela firma, naquela data, com CR$ 4.500 milhões. (Idem).



Mário Câmara Vieira. Fonte: Aragão (2002)

Com o falecimento de Mário Câmara Vieira, em 11/05/1994, a "Empreza de Terrenos Ltda." é liquidada em 02/10/1995 (Idem).

Em 15/03/1934, é constituída a firma "União Importadora Ltda.", que por iniciativa de seus sócios, será constituído, em 04/09/1937, o "Banco União S.A." (Idem).

Pela documentação arquivada na JUCEC, constata-se que a firma "Napoleão Lima & Cia" era sócia da "União Importadora Ltda." desde a sua constituição e que João Ribeiro do Rego Barros era seu sócio em 18/06/1936, porém somente é constatada vinculação de Luiz Vieira com aquela firma em 09/04/1938, quando seu nome, na qualidade de sócio da " Napoleão Lima & Cia.", está registrado em documento (Idem).

No entanto, desde a constituição do "Banco União S.A.", em 04/09/1937, Luiz Vieira é o presidente dessa instituição bancária, cargo que ocupará até sua morte, em 06/03/1966.

Em 18/07/1940, Luiz Vieira, Mário Câmara Vieira, João Ribeiro do Rego Barros e José Theophilo Gurgel se tornam sócios de Manoel José de Lima na firma proprietária da "Fábrica Santa Maria", que produzia fios, tecidos e redes e se localizava na Av. Duque de Caxias. (VIANA, 1988).

Em 29/03/1951, os filhos de Antônio Diogo de Siqueira, que ainda permaneciam sócios da "Siqueira Gurgel & Cia. Ltda", retiram-se da sociedade daquela firma. Com isso, naquela data, são admitidos os novos sócios : Carlos Jereissati, com quota de CR$ 1. 800 milhões; Luiz Vieira, com quota de CR$ 1.680 milhões; João Ribeiro do Rego Barros, com quota de CR$ 360 mil; Antônio Teofilo Diogo de Siqueira Gurgel, com quota de CR$ 240 mil; e Amarílio Maria Souto Proença, com quota de CR$ 240 mil (Idem).

Com a transformação da firma "Siqueira Gurgel & Cia. Ltda.", de uma sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada em uma sociedade anônima, em 09/12/1965, Luiz Vieira, que possui uma quota de CR$ 245 milhões no capital social daquela firma, passará a dispor, a partir daquela data, de 2.450 ações, no valor, cada uma de CR$ 100.000,00 (ao portador ou nominativa), bem como Mário Câmara Vieira, de 1.225 ações, de igual valor.(Idem).

É oportuno registrar que, na data da citada transformação, o capital social da "Siqueira Gurgel S.A. Comércio e Indústria" montava a CR$ 24.500 bilhões, equivalentes a 24.500 ações de CR$ 100.000,00 cada uma. (Idem).

Em 06/03/1966, falece Luiz Vieira em Fortaleza. Naquela data, era sócio das firmas "Empreza de Terrenos Ltda.", "Siqueira Gurgel S.A. Comércio e Indústria" e "Organização Plínio Câmara & Vieira Ltda." (Correio do Ceará, de 10/03/1966).

### 2.1 A Fiação São Luis Ltda.

São escassas as informações disponíveis sobre a "Fiação São Luís Ltda", primeiro grande empreendimento de Luiz Vieira.

Na "Junta Comercial do Estado do Ceará" (JUCEC), não existe nenhum documento arquivado dessa firma.

Baseado nas poucas referências existentes sobre essa firma, é possível saber que ela foi constituída, em meados da década de 1920, por Luiz Vieira e João Ribeiro do Rego Barros, para explorar a produção de fios na "Fábrica São Luís", localizada no atual cruzamento da Avenida Tristão Gonçalves com a Avenida Domingos Olímpio.

João Ribeiro do Rego Barros
Fonte: Arquivo particular

Pelo "Álbum de Fortaleza", de 1931, a "Fábrica S. Luís" tinha , em 1929, uma capacidade produtiva de 20 teares, 480 fusos e 50 operários com a qual produziu 90.000 kg de fios para rede de dormir, nos quais consumiu 60.000 kg de algodão.

Por volta de 1930, Antônio Diogo de Siqueira entra na sociedade da firma proprietária da "Fábrica S. Luís".

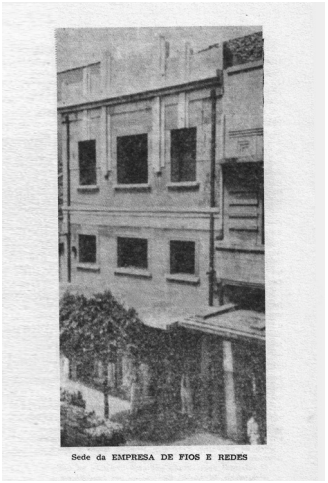
Com a constituição da "Empreza de Fios e Redes Ltda.", em 01/06/1930, que tinha como objetivo negociar as produções de fios e redes de dormir das fábricas pertencentes às firmas "A.D. Siqueira & Filhos", "Siqueira & Gurgel Ltda,", "Manoel J. Lima" e "Fiação São Luís Ltda.", Luiz Vieira, por ser sócio da última firma citada, torna-se sócio da "Empreza de Fios e Redes Ltda."(Prontuários Históricos da JUCEC).

Em propaganda no "Álbum de Fortaleza", de 1931, a "Empreza de Fios e Redes Ltda." anuncia que "vende redes finas e grossas de acabamento esmerado e cores variadas, fio nº4 para redes, fios torcidos para costurar sacos e embrulhos (brancos e coloridos), bem como estopa branca

de fio especial, para enfardamento de algodão em pluma e fabricação de sacos para algodão em caroço, que substitue com grande vantagem estopa de aniagem". Ali se verifica que a firma "Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Sucessores Ltda." também passou a compor a "Empreza de Fios e Redes Ltda."

Pelo "Almanaque do Ceará", de 1935, a "Fábrica S. Luís" dispõe, em 1934, de uma capacidade produtiva de 15 teares, 400 fusos e 50 operários, com a qual produziu 60.000kg de redes de dormir, nos quais consumiu 75.000kg de algodão.

Em 1939, de acordo com "O Ceará", livro editado naquele ano, "A Fiação São Luiz Ltda." é associada, ainda, da "Empresa de Fios e Redes Ltda." Ali também é informado que essa última firma, que se localiza na Rua Major Facundo (No. 170 a 172), é gerida por José Theophilo Gurgel, João Ribeiro do Rego Barros e Luiz Vieira e que essa "Ação de cogerência é secundada por um corpo de auxiliares e por viajantes que operam nas diversas zonas, onde a firma realiza transações", bem como que ela exporta para todo o Brasil e para países da América do Sul.



Sede da EMPRESA DE FIOS E REDES

Fonte: O Ceará (1939)

Segundo Aragão (2002), a "Fábrica S. Luís" teria encerrado suas atividades no início da década de 1950.

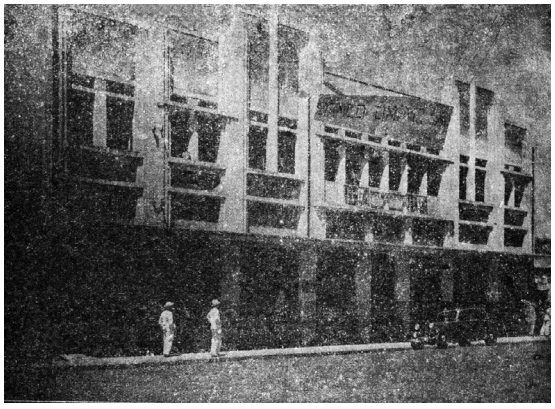
## 2.2 O Banco União S.A

A criação do "Banco União S.A." é um desdobramento da constituição da "União Importadora Limitada", em 15/03/1934. (Prontuários Históricos da JUCEC).

Na supracitada data, essa sociedade de responsabilidade limitada por quotas é constituída com um capital social de 300 contos de réis, dividido em 55 quotas, tendo, por objeto, a exploração do comércio de compra e venda de gêneros de estiva em grosso. (Ibidem).

Em 04/09/1937, por iniciativa dos sócios da "União Importadora", é constituído o "Banco União S.A.", que é autorizado pela carta patente nº1585, de 06/10/1937. (Ibidem).

Em 03/11/1937 quando é oficialmente instalada essa instituição bancária na Rua Conde d'Eu, nº 553, dispunha ela de um capital social de 1000 contos de réis e tinha Luiz Vieira, como presidente, e João da Costa Mello, como secretário[3]. (Ibidem).



1ª. Sede. Fonte: O Ceará de 1939

Segundo anúncio no livro "O Ceará" (Edição de 1939), o "Banco União" passaria, a dispor, naquele ano, de um capital social de 2.000 contos de réis e tinha uma diretoria composta por Luiz Vieira (presidente),

[3] De sua inauguração até 1940, o "Banco União" funcionou no citado endereço. Com a inauguração do "Palácio do Comércio", naquele ano, essa instituição bancária passará a ocupar parte desse prédio, na qual funcionará até o encerramento de suas atividades.

Gentil Gomes (secretário), João da Costa Mello (gerente), Pedro Carlos da Silva e José Raimundo Pontes Vidal (diretores).

Com base em dados colhidos, nos balancetes de setembro e outubro de 1943, pelo Departamento Estadual de Estatística e publicados na "Gazeta de Notícias", de 05/11/1943, o "Banco União" tinha o capital subscrito de CR$ 2.00.000,00, o capital realizado de CR$ 2.000.000,00, reservas de CR$ 227.522,00 ( equivalentes a 11% do capital ) e realizou empréstimos de CR$ 7.853.115,00, em setembro, e de CR$ 7.626.856,00, em outubro, bem como depósitos de CR$ 5.287.281,00, em setembro, e de CR$ 5.359.355,00, em outubro.

Sede definitiva. Arquivo: Nirez

Ainda de acordo com a supracitada pesquisa, essa instituição de crédito apresentou, naquele período, um movimento de caixa de CR$ 997.778,00, em setembro, e de CR$ 1.055.410,00, em outubro.

No "Almanaque do Ceará", de 1949, o "Banco União S.A." anuncia que seu capital social é de CR$ 2.000.000,00 e que dispõe de três seções: uma de depósitos, uma de empréstimos e uma de cobrança.

A primeira aceita depósitos nas seguintes modalidades: populares, conta-corrente, com juros, conta com aviso prévio e conta a prazo fixo. A segunda faz empréstimos por meio de desconto de títulos de cobrança caucionada. Por seu turno, a terceira se encarrega da cobrança de títulos em qualquer localidade do país a taxas módicas.

Em propaganda no "Almanaque do Ceará de 1952", o "Banco União S.A." torna público que seu capital social somado com as reservas monta CR$ 4.300.000,00 e que seu presidente é Luiz Vieira e seu gerente é José Pontes de Oliveira[4]. Ali também é anunciado que ele opera com depósitos, empréstimos e cobranças.

"O "Banco União S.A." dispõe, em 1956, de um capital social de CR$ 2.000.000,00 e de reservas de CR$ 3.400.000,00, segundo o "Anuário do Ceará", daquele ano.

Com a implementação da reforma bancária de meados da década de 1960, que visava promover uma concentração nacional do setor, bancos do porte do "União" passam a viver momentos críticos.

Luiz Vieira falece em 06/03/1966 e, em 17/05/1968, ocorre a liquidação do "Banco União S.A.", cujo espólio passa para a propriedade do "Banco Econômico da Bahia S.A." (Prontuários Históricos da JUCEC)

### 2.3 A Fiação e Tecelagem Santa Maria Ltda.

Fonte: Álbum de Fortaleza de 1931

Em 14/09/1918, é constituída a firma individual "Manoel J. Lima", com um capital de 50 contos de réis e tendo, por fim, explorar o comércio de algodão e a produção de fios e redes de dormir na "Fábrica Santa Maria", localizada no Boulevard Duque de Caxias. (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC).

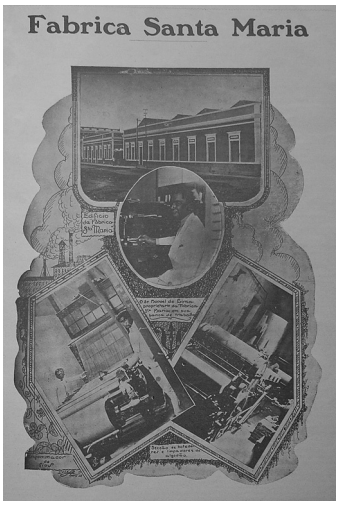
É oportuno lembrar que a "Fábrica Santa Maria" se localizou onde, até 1917, esteve instalada a "Fábrica de Cigarros Fortaleza", pertencente à firma "Viúva Marcos de Lima".

[4] Com a morte de João da Costa Mello, em 08/10/1948, José Pontes de Oliveira assume a gerência.

Depois de 1925, Manoel José de Lima adquiriu máquinas e equipamentos de uma fábrica de tecidos que falira no Maranhão e passou também a produzi-los na "Fábrica Santa Maria"[5] (Viana, 1988).

Na "Mensagem do Presidente José Moreira da Rocha à Assembléia Legislativa em 1928", consta que a "Fábrica Santa Maria" produziu 518.505m de tecidos e 221.500 kg de fios, para o qual consumiu 360 toneladas de algodão, bem como que dispunha de 91 teares.

Em 1928, segundo a "Revista dos Industriaes", de dezembro daquele ano, a firma "Manoel J. Lima" possui um capital de 2.000 contos de réis[6] e tem uma folha de pagamento de operários que orça em 20 contos de réis, mensalmente, e despesas de energia elétrica, com a "The Ceará Tramway Light & Power Co. Ltd.", que perfazem a cinco contos de réis mensais. Ali também é informado que a sua "Fábrica Santa Maria" dispõe de 2.400 fusos e de 23 motores com potência total de 220 cavalos a vapor, e que produz mesclas, brins, algodaõezinhos, redes de dormir e "fios para os diversos misteres, dos trabalhos de agulha e tecelagem".




Fonte: Revista dos Industriaes de 1928

[5] Informações obtidas, a partir de depoimento oral, concedido, por Mário Câmara Vieira, ao autor em 1987.

[6] Essa informação está incorreta, pois, em 18/07/1940, o seu capital social somente montava a 1.200 contos de réis. 6

Em 1929, de acordo com o "Álbum de Fortaleza", de 1931, esse estabelecimento industrial dispunha de uma capacidade produtiva de 94 teares, 2.400 fusos e 260 operários, com a qual produziu 1.2000.000m de tecidos e 220.00kg de fios, no que consumiu 360 toneladas de algodão.

Com a constituição, em 01/06/1930, da "Empreza de Fios e Redes Ltda.", Manoel José Lima passa a ser sócio dessa firma. (Prontuários Históricos da JUCEC).

No "Almanaque do Ceará", de 1935, é informado que a "Fábrica Santa Maria" possui, em 1934, uma capacidade de produção de 94 teares, 2.400 fusos e 190 operários, com a qual produziu 1.000.000 m de tecidos, 60.000kg de fios, 60.000kg de redes de dormir, para o qual consumiu 300 toneladas de algodão.

Em 18/07/1940, a firma individual "Manoel J. Lima", proprietária da "Fábrica Santa Maria", aceita novos sócios e se transforma em uma sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada, que terá o capital social de 1.200 de réis e cuja denominação será "Fiação e Tecelagem Santa Maria Limitada". (Prontuários Históricos da JUCEC).

Os sócios admitidos, naquela data, são Luiz Vieira, Mário Câmara Vieira, seu filho, João Ribeiro do Rego Barros e José Theophilo Gurgel (o filho).

José Theophilo Gurgel
Arquivo: Eduardo Diogo Gurgel

O capital social, dessa nova firma, já convertido em CR$ 1.200.000,00, será elevado, em 11/10/1944, para CR$ 2.400.000,00. (Idem).

Em 08/04/1950, uma nova ampliação do capital social da "Fiação e Tecelagem Santa Maria Ltda." ocorrerá, sendo ele aumentado para CR$ 5.000.000,00. (Idem).

Em propaganda no "Anuário do Ceará", 1953/1954, a "Fiação e Tecelagem Santa Maria" anuncia que, além de fios e redes, fabrica os brins "Japy", "Danubio" e "Brigadeiro", as mesclas "Santa Maria" e Ibiapaba", a lona "Serrana", a tela "Salineiro" e os algodõezinhos "Jacaré" e "Superior", bem como o fio novelado "Santa Maria" e estopa beneficiada.

Segundo o "Almanaque do Ceará", de 1956, a "Fábrica Santa Maria", produziu, naquele ano, 3.777.387m de tecidos, 21.722kg de redes de dormir e 24.075kg de fios.

Em 27/11/1956, o capital social da "Fiação e Tecelagem Santa Maria Ltda.", que montava a CR$ 10.000.000,00 (elevação ocorrida em 05/12/1952) é elevado para CR$ 20.000.000,00. (Prontuários Históricos da JUCEC)

No "Almanaque do Ceará", de 1961, a "Fiação e Tecelagem Santa Maria" anuncia que fabrica a mescla "Santa Maria", as lonas "Serrana" e "Fortaleza", a tela "Salineiro", os algodõezinhos "Jacaré" e "Superior", bem como fio novelado e redes.

Em 11/11/1964, quando o capital social da referida firma já atingia a 200 milhões de cruzeiros, é solicitada a sua liquidação, mesmo estando ela habilitada a receber verbas da "Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste" (SUDENE). (Prontuários Históricos da JUCEC).

## 3. Referências Bibliográficas

Álbum de Fortaleza, de 1931.

Álbum Terra Cearense, de 1925.

ALBUQUERQUE, J.A. Vida dos Municípios. Fortaleza: s/e, 1954.

Almanaque do Ceará (Coleção de 1920 a 1962).

Almanaque Laemmert: administrativo, mercantil e industrial (coleção de 1891 a 1930)

Almanaque Municipal de Baturité para 1896.

Anuário do Ceará (Coleção de 1952 a 1961).

ARAGÃO, E. F. O Fiar e o Tecer. 120 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza : Sinditêxtil / FIEC, 2002.

ARRUDA, M.E.T. Calendário Histórico – Cívico – Religioso- Baturité: s/e, 1990.

A GAZETINHA ( Fortaleza ), 13/02/1904.

A MANHÃ (Rio de Janeiro), 17/09/1946.

A ORDEM (Sobral), 24/12/1926; 04/06/1927;15/06/1927; e 25/10/1928.

A RAZÃO ( Fortaleza ), 12/03/1929.

A REPÚBLICA ( Baturité), 12/06/1895.

A VERDADE ( Baturité ), 05/10/1936; e 27/01/1957.

BRASIL ILUSTRADO (Rio de Janeiro), 1919.

CADASTRO DAS CASAS COMERCIAES DO ESTADO DO CEARÁ – Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC).

CORREIO DO CEARÁ (Fortaleza), 10/03/1966.

DIÁRIO DA MANHÃ (Fortaleza), 11/12/1929.

GAZETA DE NOTÍCIAS (Fortaleza), 05/11/1943.

JORNAL DO CEARÁ (Fortaleza), 06/07/1905.

LEITE, A.B. Fortaleza e a Era do Cinema- pesquisa histórica ( vol. I – 1891-1931) – Coleção Leitura da Cultura-2. Fortaleza : Secretaria da Cultura, 1975.

____ HISTÓRIA DA ENERGIA NO CEARÁ. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

MARTINS FILHO, A. e GIRÃO, R. O Ceará . Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939.

MARQUES, A. Maranguape – sua gente, sua história (uma cronologia). Fortaleza: Expressão Gráfica Ltda., 2006.

MENSAGENS DOS PRESIDENTES DO ESTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (Coleção).

OITENTA E NOVE (Baturité), 04/02/1891; 06/08/1893; e 28/10/1894.

O CEARÁ ( Fortaleza ), 07/10/1928.

O LIBERTADOR ( Fortaleza ) 02/06/1884.

O MALHO ( Rio de Janeiro ), 21/08/1915.

O MUNICÍPIO (Baturité), 10/06/1900.

O POVO ( Fortaleza ), 21/11/1949.

PACOTILHA (S. LUÍS), 10/03/1914; e 22/09/1926.

PRONTUÁRIOS HISTÓRICOS DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ ( JUCEC ).

REVISTA DA FAZENDA DE 1937 – Ano I – Agosto – nº 1 – Fortaleza.

REVISTA DOS INDUSTRIAES DE 1928.

VIANA.C.N. A Indústria têxtil de algodão do Ceará : Uma experiência de industrialização fora do Centro – Sul. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado de Economia da Universidade de Brasília em 1988.